

Imprensa, ditadura e sociedade: leituras sobre o Rio de Janeiro a partir dos jornais em circulação na cidade em tempos de autoritarismo (1964-1985)

Bruno Duarte Rei*

Colégio Pedro II
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Universidade de São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brasil

Recebido em: 25 maio 2025

Aprovado em: 15 set. 2025

Publicado em: 21 nov. 2025

Resumo

Resenha de: FERREIRA, Jorge; COUTINHO, Renato Soares (Org.). *O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1964-1985)*. São Gonçalo: Igualdade, 2025. 268 p.

Palavras-chave: Grande Imprensa. Jornais. Rio de Janeiro. Ditadura Militar Brasileira.

* Professor no Colégio Pedro II, Campus Humaitá I. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense; Doutor em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Mestre em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; graduado em História e em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, realiza estágio de pós-doutorado pelo Departamento de História da Universidade de São Paulo. E-mail: br.duarterei@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0002-1927-7128>  <http://lattes.cnpq.br/8096286034649375>

A coleção *O Rio de Janeiro nos jornais* tem se notabilizado por reunir textos inéditos, resultantes de pesquisas acadêmicas originais, oferecendo um panorama diverso sobre o uso da imprensa como fonte para a construção do conhecimento histórico sobre o Rio de Janeiro no período republicano. Composta até então por três volumes, dedicados à Primeira República (1889-1930), aos governos Vargas (1930-1945) e à experiência liberal-democrática (1946-1964),¹ a coleção ganha agora um novo título, voltado ao período da ditadura militar (1964-1985).

As reflexões de Jürgen Habermas (1984) sobre o papel da imprensa na constituição da “esfera pública” tornaram-se clássicas, contribuindo para evidenciar a relevância política dos jornais e a importância de estudá-los. No entanto, como destaca Motta (2013), muitos trabalhos, sob essa ótica, enveredaram por caminhos simplistas, reduzindo os periódicos a meros instrumentos discursivos da burguesia ou do Estado – uma visão superada no Brasil apenas entre as décadas de 1970 e 1980, sobretudo com o amadurecimento das pesquisas realizadas no âmbito da pós-graduação, em particular nos cursos de História.

Desde então, os historiadores passaram a se dedicar cada vez mais ao trabalho com os jornais, seja tratando-os como objeto de estudo ou fonte documental, capaz de oferecer indícios relevantes para a análise das sociedades que os produziram e dos meios nos quais circularam (Luca, 2008). Nesse percurso, merece destaque os trabalhos seminais de Capelato e Prado (1980), Mota e Capelato (1980) e Capelato (1989), além de outros mais recentes – como é o caso, por exemplo, daqueles de autoria de Aquino (1999) e Kushnir (2004), no que se refere à ditadura militar.

Os anos 1970 podem ser considerados um momento desafiador para a imprensa brasileira, que, paralelamente à necessidade de modernização, enfrentava um outro problema: o status quo autoritário. Segundo Ribeiro (2006), tanto o acirramento da concorrência quanto as pressões exercidas pela ditadura contribuíram sobremaneira para a redução do número de jornais no país, gerando um processo de concentração nas mãos de grandes empresas, ao mesmo tempo em que as vendas – e, consequentemente, a circulação e as tiragens – aumentavam, num contexto em que a televisão ainda estava em vias de consolidação como meio de comunicação de massa.

Com o avanço dos estudos históricos, pode-se afirmar que, em que pesem algumas lacunas existentes, as relações estabelecidas entre imprensa e ditadura já são, atualmente, bastante conhecidas. Mesmo assim, ainda persistem na sociedade brasileira – incluindo seus espaços de debate acadêmico – versões que reduzem essas relações a uma única chave interpretativa: a censura. Se, por um lado, a partir da Lei de Imprensa de 1967, os jornais passaram, de fato, a sofrer intervenções do regime, com o objetivo de controle do teor de suas publicações; por outro, nem tudo se resume a isso.

Exceto o jornal trabalhista *Última Hora*, toda a grande imprensa apoiou o golpe de

1 Ver, respectivamente, Ferreira (2017; 2014; 2011).

1964. Posteriormente, os jornais passaram, em sua maioria, a compor a base “liberal” de sustentação da ditadura. Dessa forma, muitos periódicos mantiveram o seu apoio ao regime por longo período, afastando-se apenas quando os seus níveis de aceitação social começaram a declinar. Alguns acreditaram na existência de uma “ditabranda”² de transição, até que a edição do AI-5 inviabilizasse qualquer leitura enviesada sobre a natureza ditatorial do regime. Houve, ainda, aqueles que se tornaram críticos logo nos primeiros dias da ditadura (Napolitano, 2017).

Como resume Motta (2013), a grande imprensa tendia sempre a conciliar a defesa de princípios de doutrinas liberais – especialmente a liberdade de expressão – com uma notável tolerância às intervenções autoritárias da ditadura contra “ameaças” ao *status quo*. Todavia, como sublinha o autor, tal postura não implicava concordância plena com a pauta política dos setores de extrema-direita do regime – que, a propósito, costumavam atacar, com certa frequência, as instituições liberais em nome da “segurança” e da “ordem”.

Conforme Napolitano (2017), em razão de sua trajetória sinuosa e marcada por alternativas diante da ditadura que ajudaram a construir (ainda que em consonância com os valores ideológicos de um liberalismo elitista e oligárquico), os jornais da grande imprensa constituem-se, simultaneamente, como objetos de estudo e fontes documentais ricas e instigantes. Isso não apenas por permitirem o mapeamento das distintas posições do campo liberal em relação ao regime, mas também por expressarem processos complexos e sutis de construção da memória social sobre o período.

A memória construída pela grande imprensa, ao mesmo tempo em que elaborou e difundiu imagens hegemônicas e duradouras sobre a ditadura, também forjou uma autoimagem quase sempre heroica de si mesma, criando álibis e justificativas que a isentam de responsabilidade no processo de construção e sustentação do regime. Alçados à condição de vítimas do arbítrio, especialmente durante a vigência do AI-5, não é incomum que jornais da grande imprensa sejam exaltados em diversos espaços de sociabilidade, inclusive em eventos acadêmicos, por seus supostos protagonismos permanentes na resistência democrática ao autoritarismo – mito que, como demonstra Napolitano (2015), consolidou-se como o eixo principal da memória social hegemônica sobre a ditadura.

Em consonância com essa perspectiva, a coletânea *O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1964-1985)*, organizada por Jorge Ferreira em parceria com Renato Coutinho, nos auxilia a entender que a imprensa lidou com o autoritarismo de maneira complexa, multifacetada e, por vezes, ambivalente. Notadamente, oscilando entre posturas de adesão, acomodação e resistência à ditadura – a exemplo do que se pode observar, inclusive, em outros segmentos da sociedade brasileira (Rollemberg;

2 Em editorial de 17 de fevereiro de 2009, a *Folha de S. Paulo* qualificou a ditadura brasileira como uma “ditabranda”, alegando relativa moderação institucional – inclusive quanto ao uso da violência de Estado – em comparação a outros regimes autoritários latino-americanos, o que gerou forte controvérsia e ampla crítica pública. Para uma análise do mito da “ditabranda”, ver Napolitano (2014).

Quadrat, 2010).

De acordo com os organizadores da coletânea, estudar, nesse sentido, as relações estabelecidas entre imprensa e ditadura – ou até mesmo investigar o regime por meio dos jornais que estiveram em circulação durante sua vigência – não se resume à análise de embates entre “censores-limitados” versus “jornalistas-inteligentes”. Tampouco implica a reprodução de binômios simplistas do tipo “Estado-repressor” contra “sociedade-vitimizada”. Como afirmam Ferreira e Coutinho (2025, p. 7):

Não foi a imprensa apenas vítima da censura; tampouco entreguista e aliada somente dos militares. É certo que algumas empresas de comunicação foram mais próximas e tiveram publicações laudatórias ao governo, enquanto outras – alternativas ou não – cumpriram o papel de denunciar e reprovar as ações governamentais. Houve, também, aquelas que apoiaram a ditadura em um primeiro momento para, anos depois, adotar linha editorial crítica ao mesmo governo autoritário. Mas, em regra, os periódicos podiam apresentar pontos de convergência e afastamento da ditadura nas mesmas edições, refletindo valores e visões sociais de mundo complexos que circulavam na sociedade brasileira.

O *Rio de Janeiro nos jornais* revela, portanto, que houve diferentes posturas da imprensa carioca face à ditadura, ao reunir um total de 11 capítulos inéditos, elaborados a partir do critério de “ler” a cidade durante o regime, com base em pesquisas acadêmicas originais. Importa mencionar que, sob esse enfoque, foram mobilizados jornais de distintas tiragens e linhas políticas para a construção dos capítulos da coletânea, incluindo *Jornal do Brasil*, *O Dia*, *O Globo*, *O Fluminense*, *Jornal dos Sports*, *Tribuna da Imprensa*, *Revista Manchete*, *Correio da Manhã*, entre outros.

Em capítulos dedicados à vida política do Rio de Janeiro, os autores da coletânea abordam temas instigantes: os impactos do golpe de 1964 no cotidiano da cidade (Thiago Lima, UNEB); a cobertura jornalística de Chagas Freitas à derrota de Miro Teixeira na eleição estadual de 1982 (Américo Freire, CPDOC-FGV); as implicações da eleição para deputado federal, também em 82, do líder Xavante Mario Juruna para a política indigenista da ditadura (Michelle Reis de Macedo, UFAL); a Operação Piloto do Projeto Rondon articulada entre a Universidade do Estado da Guanabara – atual UERJ – e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Rafaela Freiburger, NEC-UFF); e as associações tendenciosamente construídas pela grande imprensa entre a fundação do Comando Vermelho e a luta armada (Vivian Zampa, CAP-UERJ, e Jayme Ribeiro, IFRJ).

No campo das confluências entre política, arte, samba e futebol, Andréa Casa Nova (UFRJ) e Vicente Santos (ABL) analisam o *happening* dos Parangolés – procissão-festiva idealizada por Hélio Oiticica para exposição de arte Opinião 65 realizada no MAM-Rio. Por sua vez, Jorge Ferreira (UFF) se debruça sobre a oposição feita pela grande imprensa – apoiada

por personalidades do mundo do samba – à construção do Sambódromo pelo governo Brizola. Já Nathalia Pessanha (LEGES-UFF) investiga as resistências de mulheres cariocas diante da proibição em escala nacional o futebol feminino pelo Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Por fim, Renato Coutinho (UFF) interpreta os usos do vocabulário político brasileiro nas coberturas do clássico carioca “Fla-Flu” em dois momentos-chave – o golpe de 1964 e a redemocratização em 1984.

O Rio de Janeiro nos jornais conta, ainda, com um capítulo dedicado às políticas de remoção da ditadura, no qual Mario Brum (UERJ) demonstra – a partir da análise dos processos de transferência de moradores de favelas em áreas nobres para regiões periféricas – como a exclusão social se intensificou na cidade, ancoradas em premissas elitistas e racistas advindas do Poder Público. Cabe destacar que temática similar é abordada por Antônio Edmilson Rodrigues (UERJ), Juliana Oakim (Polis-UFF) e Mariana Aleixo (ENSP/Fiocruz), que analisam diversas intervenções urbanas realizadas, mais especificamente, entre 1960 e 1975, de modo a se constituírem como mecanismos de controle político, social e econômico no âmbito da sociedade carioca.

Disponível gratuitamente no *site* da Editora Igualdade,³ a coletânea vem a público em boa hora, contando contribuições inéditas e originais que ampliam o conhecimento histórico produzido sobre o Rio de Janeiro durante a ditadura. Ao privilegiarem como fontes os jornais, seus capítulos revelam distintas tramas cotidianas da cidade, que evidenciam, da forma mais abrangente, a complexidade das relações estabelecidas entre imprensa e regime autoritário no Brasil – marcadas tanto por arbitrariedades e violências assimétricas (entre as quais merece destaque a própria censura) quanto por conivências, jogos de acomodação, projetos políticos em comum, entre outros comportamentos benevolentes face à ditadura.

Ao mesmo tempo, *O Rio de Janeiro nos jornais* aborda – através de capítulos que conjugam densidade factual e analítica – temas ainda pouco explorados no campo da História, embora relevantes para uma melhor compreensão de um período cujas sombras antidemocráticas, diante da recente ascensão da extrema direita no Brasil e no exterior, ainda pairam sobre o tempo presente. Em que pese o exposto, a coletânea foi idealizada pelos seus organizadores para ser desfrutada de forma leve. Nas palavras de Ferreira e Coutinho (2025, p. 9), como se seu leitor “estivesse no sofá de sua casa ou em uma cadeira de praia lendo o jornal de domingo. Afinal de contas, o gesto de folhear um jornal completo e organizado – sem ter sido remexido por outras pessoas – é um prazer constitutivo da vida moderna que não pode se perder”.

3 *Editora Igualdade* (Disponível em: <https://www.editoraigualdade.com.br/livro-digital>. Acesso em: 25 maio 2025).

Referências

AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de S. Paulo e Movimento*. Bauru, SP: EdUSC, 1999.

CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: 1920-45*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

FERREIRA, Jorge (Org.). *O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1989-1930)*. Rio de Janeiro: Faperj; 7Letras, 2017.

FERREIRA, Jorge (Org.). *O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Faperj; 7Letras, 2014.

FERREIRA, Jorge (Org.). *O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1946-1964)*. Rio de Janeiro: Faperj; 7Letras, 2011.

FERREIRA, Jorge; COUTINHO, Renato Soares (Org.). *O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1964-1985)*. São Gonçalo, RJ: Igualdade, 2025.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de S. Paulo (1921- 1981)*. São Paulo: [s. n.], 1980.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 62-85, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. O mito da “ditabranda”. In: *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo:

Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. "Recordar é vencer": as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, Londrina, v. 8, n. 15, p. 9-44, 2015.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950- 1970. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone (Org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: Faperj; DP&A, 2006.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Vol. 2: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.